



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

## OS QUILOMBOS DE MINAS GERAIS

### Mais um grito nos ecos da liberdade e na luta pelo direito a terra

LUANA FIGUEIRÊDO DE CARVALHO OLIVEIRA<sup>1</sup>

#### Resumo

Em pleno século XXI os ecos da escravidão reverberam na sociedade brasileira e se fazem ouvir cada vez mais altos na voz da auto declaração das comunidades quilombolas. Silenciados por muitos séculos as comunidades negras e rurais vivenciaram processos diaspóricos intensos; invisibilizados de tal forma que foram privados de suas terras e abafados dos seus direitos pelo grito da libertação da escravatura. Buscar na história as origens da diversidade da formação e perpetuação das comunidades negras é o melhor caminho para compreender a necessária defesa das políticas afirmativas e específicas para quilombolas; voz, visibilidade e instrumento para reprodução cultural e sustentabilidade dessas comunidades. A formação das Comunidades Quilombolas Mineiras e as conformações espaciais que essa estrutura social, política e arquitetônica assumiu desde a origem até sua continuidade, foram garimpados e sistematizados pelo CEDEFES<sup>2</sup> no livro Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI e no trabalho elaborado pela equipe PUC Minas<sup>3</sup>. O objetivo desse artigo é dar voz à necessidade de reparação histórica que o país precisa assumir com o seu passado. Uma voz que se soma a um mar de vozes, na tentativa de desmistificar o folclore sobre os grupos étnicos de negros quilombolas, entendendo que essa organização socio político econômica, surge no Brasil colônia pelo atributo do “espírito indômito das pessoas que rejeitaram a escravidão humana”<sup>4</sup>, sobrevive e se transforma ao longo de 500 anos de história e permanece viva nos remanescentes de quilombos.

Palavras-chave: Quilombos, Diásporas, Minas Gerais; Arquitetura e Urbanismo; Comunidade Tradicional

## INTRODUÇÃO

### ECOS DA ESCRAVIDÃO

É fundamental remeter a origem da formação do Território e do Estado Brasileiro ao abordar a questão Quilombola.

A origem da distribuição e ocupação das terras brasileiras é a semente da estrutura urbana e rural existente hoje. Falar sobre Quilombos não se resume a comunidades

---

<sup>1</sup> Arquiteta, Mestranda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. E-mail: lfigueiredo.arq@gmail.com.

<sup>2</sup> CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, organização sem fins lucrativos de caráter científico, cultural e comunitário, sediado em Belo Horizonte, atua no Estado de Minas Gerais.

<sup>3</sup> A Pró reitoria de extensão da PUC Minas, desde 2013 em parceria com o INCRA vem elaborando relatórios antropológicos das Comunidades Quilombolas do Serro-MG.

<sup>4</sup> RAMOS, Donald. **O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII**



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

negras de ancestralidade Africana, mas a estruturas sociais, políticas e físicas, com características arquitetônicas e urbanísticas peculiares a cada grupo, baseadas no espaço geográfico e contexto social, histórico, iniciadas no período colonial e existentes até hoje.

O desenvolvimento dessas comunidades e a relativa atenção do Estado é homogeneizada pelo olhar nacional, que supões uniformidade na formação socio, política, econômica e na conformação arquitetônica dos quilombos. Contudo os quilombos são sementes de África germinadas em diversos tipos de solo brasileiro, se regionalizando a partir das características geo-ambientais e econômicas de cada ciclo do Brasil Colônia, de cada contexto histórico e cultural das Capitâneas e se definindo por cada contexto local que as comunidades vivenciaram.

“Onde houve escravidão, houve resistência” (REIS, GOMES, 1996). No Brasil colonial a primeira definição de quilombo significava a reunião de cinco ou mais escravos fugidos, o que historicamente iniciou a concepção mais marcante de quilombo até a atualidade. De acordo com os artigos do livro “Liberdade por um fio”, essa visão historicista pode ter sido influenciada pela propagação de relatos históricos a partir do olhar de viajantes, sem o aprofundamento sócio, político e econômico dessas estruturas, em especial por se tratarem de organizações contra o sistema vigente, sem registros formais de sua versão da história.

De acordo com GOMES e REIS (1996) houveram diversas formas de resistência. A mais típica tratava-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos, que mesmo nem sempre levando a formação de estruturas sociais autônomas ou de resistência e perpetuação de costumes vivenciados em África, eram em sua grande parte multiétnicos pela diversidade cultural dos fugitivos, que incluíam diversas etnias indígenas brasileiras e brancos pobres. Essa é a configuração histórica mais comum de quilombos, como estruturas físicas isoladas e protegidas da sociedade, com costumes e tradições ancestrais africanos, sugerida pela corrente historicista que tem



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

como maior referência nacional o Quilombo de Palmares<sup>5</sup>, permanecendo essa a noção de quilombo no imaginário popular até a atualidade.

A diversidade e multiplicidade de situações e personagens da história colonial brasileira, com protagonistas africanos aconteciam das mais variadas formas. “Nem toda fuga gerava um quilombo e nem todo fugitivo planejava ir em direção àqueles já existentes. Fugir era uma ação muitas vezes planejada, não significando um ato de desespero diante de castigos.” (GOMES, 2015, P.12)

Esse artigo traz para a luz da discussão quilombola alguns casos de formações de Comunidades Quilombolas Mineiras, no período colonial e os seus ecos na atualidade, como mais um passo na direção do entendimento da atual situação dos quilombos contemporâneos, buscando desconstruir a imagem idealizada de estruturas históricas enrijecidas e congeladas pelo tempo, e sim, estruturas dinâmicas de grupos étnicos que enfrentaram diversas situações de adversidade na luta pela liberdade e conseguiram perpetuar traços e características culturais de suas origens, dentro das diversas circunstâncias regionais em que cada grupo de sementes de África germinou e floresceu.

Na escravidão de africanos nas Américas, considerada a primeira Diáspora Africana, no tráfico de 15 milhões de pessoas, 40% veio para o Brasil.

A primeira Diáspora Africana<sup>6</sup>, como é chamado o fenômeno histórico e social caracterizado pela imigração forçada de homens e mulheres do continente Africano para outras regiões do mundo, foi marcada não apenas pela violência, mas também pelo processo de fluxos, encontros, trocas e perpetuação de culturas, marcado pela mistura de diferentes realidades.

---

<sup>5</sup> Referências do livro GOMES, Flávio S; REIS, João José (Org.). **Liberdade por um fio**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

<sup>6</sup> Definição de Diáspora Africana Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/diaspora-africana/>>



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

A partir desse acontecimento um novo mundo de trocas e sociabilidades foi construído por diferentes formas de ver a vida, ideias, crenças e tecnologias, sendo diáspora também uma redefinição identitária, com a construção de novas formas de ser, agir e pensar no mundo.

## **QUILOMBOS COLONIAIS MINEIROS**

### **Gritos da escravidão**

A utilização de mão de obra escrava, inicialmente indígena e majoritariamente de africanos formou a base societária brasileira, escravos e patrões sob o regimento da coroa portuguesa. Na ocupação do território Mineiro, a produção para o mercado mundial se voltava à extração de minérios, agricultura e pecuária, atividades exercidas até hoje.

Na capitania de Minas Gerais os quilombos e mocambos durante o século XVII, o século do Ouro, floriram com especial viço, tendo como uma das justificativas a topografia montanhosa e as relações escravistas mais frouxas relativas a atividade de mineração que obrigava aos escravos a circularem por áreas desabitadas na busca e prospecção de ouro<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Análise feita por GOMES, Flavio e REIS, João José na introdução do livro liberdade por um fio.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL



Mapa 1- Mapa Capitania das Minas Geria nos fins da era Colonial Fonte: Jose Ferreira Carrato  
No livro *Liberdade por um fio*<sup>8</sup>, Silvia Lara e Donald Ramos (2015) dão exemplos em Minas Gerais das diversas relações que essas estruturas (os quilombos) assumiam diante da relação de exploração da coroa portuguesa. Fonte continua de preocupação no território Mineiro, baseado nas correspondências das autoridades da região com a metrópole sempre em busca do melhor meio de combater-los<sup>9</sup>, ao mesmo tempo em que era de conhecimento geral a existência dos quilombos, em alguns relatos, antes mesmo da formação do arraia<sup>10</sup>.

Donald Ramos (2015) afirma que os quilombos desempenharam um papel importante no complexo tecido social do sistema brasileiro de escravidão, em Minas Gerais diferente de outros estados, eles não existiam isolados; os escravos não fugiam para longe das áreas urbanizadas e não haviam grandes quilombos, mas numerosos pequenos quilombos, a maioria sem nome e não identificados. “O quilombo em Minas Gerais não só não ameaçou a sociedade luso-brasileira como, mais frequentemente,

<sup>8</sup> GOMES, Flávio S; REIS, João José (Org.). **Liberdade por um fio**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996

<sup>9</sup> SILVIA LARA/P.16 SOUZA, Laura de Mello. **Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra Quilombolas, Minas Gerais, 1769**. In: GOMES, Flávio S; REIS, João José (Org.). **Liberdade por um fio**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996. Pag. 193-217.

<sup>10</sup> TEXTO MOUREIRA, Agda Maria Ferreia (Org.). **Comunidades Quilombolas de Minas Gerais: Entre Direitos e conflitos**. Belo Horizonte, CEDEFES, 2013.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

cooperou com ela.” (RAMOS, 2015, p.165).

Expõe “uma contradição estrutural da realidade escravista” identificada por ele nos quilombos, ao mesmo tempo em que esses grupos poderiam conformar ajuntamentos de pessoas desesperadas e inconformadas com a situação à qual foram submetidas, os mesmos desempenhavam atividades agrícolas, de caça, pesca, coleta e mineração, integrando-se a sociedade colonial de forma simbiótica, como mencionado por Donald Ramos (2015) que analisa Vila Rica, a capital de Minas colonial. Sendo então os quilombos entendidos como estruturas integradas a sociedade escravocrata, como uma válvula de escape ao sistema, muitas vezes sem uma organização efetiva de rejeição ao sistema escravidão, tampouco organizados para derrubar a instituição. Para o governo, a tarefa era difícil exatamente em função do apoio dado aos calhombolas por muitos escravos, libertos e homens livres, entre estes especialmente comerciantes que lhe davam coito, compravam deles e a eles vendiam os mais diversos produtos. Essas relações ajudavam a multiplicar os quilombos, que, embora causassem estragos e desgastassem a sociedade mineira, ao mesmo tempo serviam como uma espécie de válvula de escape às tensões da escravidão, evitando que explodissem numa grande revolta.” (GOMES E REIS, 2012, p. 16).

A maior ameaça advinha dos grupos politicamente estruturados, que contavam com lideranças e uma rede de alianças com diversos setores sociais tendo nos quilombos modelos organizacionais e políticos de organizações autonomistas.

O importante, insistimos, é que se pode identificar um modelo organizacional e político dos quilombolas, impressão reforçada pelas alianças que celebravam com escravos assenzalados, libertos (ex-escravos) e mesmo gente livre branca, recebendo dessas pessoas informações sobre movimento de tropas, mantendo com elas relações de troca, em alguns casos afetivas. (GOMES E REIS, 2012, p. 16).

Ramos (2015) faz uma interessante leitura do quilombo dentro da estrutura escravocrata mineira, que a partir da estrutura pulverizada, numerosa e próxima as vilas e arraiais comuns na paisagem mineira, rejeitavam o sistema social e cultural, entretanto viviam como parte integrada em termos econômicos. Sendo visto pelo autor, esse um dos motivos pelos quais não se apresentava uma rebelião na zona da



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

mineração que seria o esforço para destruir o sistema predominante.

Esse autor avalia um conjunto de imperativos que fez o sistema funcionar, a partir do uso de valores e da violência, numa combinação de valores morais e poder coercitivo para punir transgressões. A imposição de valores era feita pela ação da doutrina e estrutura institucional da Igreja católica e do Estado, tendo nos quilombos, mesmo que não intencionalmente, parte do sistema escravocrata mais amplo, mas não necessariamente uma saída dele.

Para entender essa argumentação, Ramos (2015) analisa a estrutura escravocrata mineira do sec. XVIII. A igreja católica teve um papel essencial para senhores e escravos, tanto para a imposição de valores e aculturamento como também um espaço de sobrevivência cultural, tida nas irmandades negras, especialmente a Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Mercês e Santa Efigênia. O escravo poderia encontrar o seu lugar na igreja, mas ao preço de aceitar a religião, principal meio de transmissão cultural luso-brasileira.

Um dos mecanismos claros de controle social estava na educação religiosa, vista como uma obrigação da coroa, onde os senhores deveriam assegurar aos seus escravos uma educação religiosa, assim como os pais aos seus filhos, com pregações e catequização em português e latim, enfraquecendo as culturas africanas. A instrução dos sacramentos atuava de forma a integrar o escravo na vida comunitária, de forma que ao participar do processo de evangelização e de salvação das suas almas, também eram ensinados a obedecer ao Estado.

Exortamos a todos os fregueses mandem seus filhos e escravos a aprender a Doutrina, e além disso, saibam os pais de família e o Senhor dos escravos que têm obrigação gravíssima de ensinar a Doutrina a toda a sua família..." (RAMOS, 2012, p. 170 – trecho extraído da visitação de São João Batista, 1749).



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

O batismo dos escravos era tão importante que o conde de Assumar<sup>11</sup>, em 1719, ordenou aos párocos que assegurassem que os escravos fossem catequizados e batizados, e que se notificasse aos ouvidores a identidade dos que se recusassem para que fossem punidos<sup>12</sup>.

Ressalta-se a influência das irmandades, antítese dos objetivos da escravidão, serviam para dar aos seus membros um sentimento de identidade e orgulho, proporcionavam um espaço físico e político para o convívio de escravos e homens livres, proporcionando um espaço para desenvolvimento de lideranças e hierarquias, com cargos importantes de distinção social. Refletiam a habilidade do catolicismo como mecanismo de canalização de alguns conflitos inerentes a sociedade escravista, como na competição pelas festas mais pomposas das irmandades negras e de suas matrizes, brancas.

O autor menciona ainda a Alforria, como instrumento de controle social, irônico, como a representação de “uma recompensa por serviços prestados e pela aceitação dos valores fundamentais do mundo luso-brasileiro.” (RAMOS, 2012, p.172)

### **Diásporas dentro das Diásporas**

De acordo com o artigo de Ricardo Ribeiro et. al, existiram diversas diásporas dos Africanos para além da primeira que dispersou milhões de africanos em diversos continentes. A segunda seria a dispersão no território brasileiro após a chegada nos portos, e a terceira ocorrida após instalados, como resultado das relações servis e o tráfico de mudanças ocorridas nos processos de alforria, fuga ou abolição.

Destaca o caso de dispersão de uma comunidade quilombola originária das encostas do Pico de Itambé, referência do Distrito Diamantino, e suas longas trajetórias na região do Serro, e também para os estados de São Paulo e Paraná. Identificados no projeto de extensão multidisciplinar: “Lições da Terra: projeto interdisciplinar de

---

<sup>11</sup> Governador Pedro de Almeida, responsável pela província de Vila Rica no início do sec. XVIII

<sup>12</sup> De acordo com o Dossiê da escravidão, a certidão de batismo dos escravos possuía o nome dos seus senhores no documento.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

vivência e extensão em comunidades rurais de Minas Gerais”<sup>13</sup> Nesse contexto foi possível a equipe PUC identificar naquela região diversas comunidades e acessar a memória daquelas famílias, originárias da exploração de diamantes no Rio Jequitinhonha e seus afluentes.

As margens desses cursos d’água foram ocupadas historicamente pelas famílias quilombolas, que desempenhavam a combinação de garimpo e agricultura, antes e depois da abolição. A Comunidade Quilombola de Vila Nova possui 24 famílias, localizadas no distrito de São Gonçalo do Rios das Pedras, município de Serro. Essas famílias têm origem no município vizinho, Santo Antônio do Itambé, aos pés do Pico do Itambé, importante referência geográfica para a ocupação da região.

Após o declínio do ciclo do ouro, as famílias iniciaram um processo de emigração, partindo da área rural pra a área urbanizada do município, contudo “não se trata de um processo de mudança direta de um ponto a outro, mas de um longo percurso que durou cerca de doze anos, vivenciado com a passagem por várias fazendas dos dois municípios.” (RIBEIRO et al., 2016, p.8).

O processo de expulsão da fazenda pelas famílias de Vila Nova faz parte de um fenômeno social. Costume comum desde os tempos da escravidão, a cessão de um trecho de terra para o próprio cultivo e subsistência do escravo, o arrendamento de partes de terra ao agregado do interior da fazenda foi substituído pela intensificação da atividade agropecuária, que ao substituir atividades agropastoris pelo pastoreio extensivo, expulsa as famílias do território, nesse caso especialmente na expansão do setor econômico pelo status do queijo do serro.

A expansão pecuária leiteira assentou-se sobre a estratégia clássica de abertura de novas fazendas ou de novas áreas nas antigas, por famílias quilombolas ou camponesas, onde plantavam suas próprias lavouras, e depois de alguns anos eram obrigadas a disponibiliza-las aos proprietários.

[...](Nessas fazendas mais antigas, o que que era o serviço que o seu pai fazia lá?)  
Ah, plantava, né... [...]. Às vezes, ele ficava na fazenda trabalhando, nós plantando...

---

<sup>13</sup> A Pró reitoria de extensão da PUC Minas, desde 2013 em parceria com o INCRA vem elaborando relatórios antropológicos das Comunidades Quilombolas do Serro-MG



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

(Ele ficava na fazenda trabalhando?) É, porque, às vez, ele morava na fazenda, trabalhava na fazenda pro dono da fazenda, a gente trabalhava na roça... [...] Plantava mandioca, fazia farinha, eu alembro, nós fazia farinha... [...] Nó! Oi! Tinha que pagar era... naquela época, era a... a quart., um quarto, de quatro, ele tinha um. [...] (Pegava a terra bruta, tinha que desmatar? Como é que era?) Pegava bruta... iche! Bruta! (Aí, desmatava?) Desmatava. Aí, quando dava pasto pra ele, tirava a gente, botava em outro canto. (Colhia a roça, plantava o pasto?) Aí, botava criação, tirava a gente de lá, que tava já mastigado... mastigado (riso). (Aí, plantava o pasto no mesmo lugar da roça ou em outro lugar?) Não, tirava a gente, tinha que plantar em outro lugar, pra formar outro pasto pra eles (Benedito Crizóstomo Gomes – 70 anos). (Trecho retirado do artigo RIBEIRTO et.al, 2016, p.9)

Essa continua expulsão das famílias, de acordo com a expansão econômica dos fazendeiros, impedia a “construção de um patrimônio” e a fixação dos quilombolas no território, do qual não tinham propriedade e não fixavam a posse. Além desse processo, muitas vezes as famílias sofriam a escassez completa de alimentos e rendas, causadas pela necessidade continua de deixar tudo para traz, e parte migrava para o Paraná e São Paulo em busca do sustento da família.

Essa referência de quilombo é desconhecida pelo imaginário popular, e essa relação “cordial” entre patrões e escravos mais tarde daria origem a outras diversas relações de uso e apropriação da terra, conhecidas também como “terras de preto”, herdadas por doação ou uso às diversas relações de arrendamentos e posseiros para as atividades econômicas de mineração, pecuária e agricultura.

### **Quilombos nas Fronteiras**

Luiza Volpato relata um fenômeno mais amplo, no território de expansão de fronteira da exploração aurífera, em direção ao Mato Grosse e Góias, onde os indígenas da região muitas vezes se aliavam aos quilombolas, na disputa contra a expansão de portugueses e espanhóis. A estratégia do confronto era uma combinação de força militar e povoamento, onde foi identificado pela autora, um caso raro na história da escravidão brasileira, onde as autoridades reconheceram impressionadas a capacidade produtiva dos quilombolas derrotados, que os devolveram a fronteira como povoadores livres. Estes são relatos que problematizam a concepção dos quilombos apenas como redutos de negros fugidos.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Durante a segunda metade do século XIX se intensificou a diversidade de origem da população dos quilombos, com a presença de criminosos e desertores entre os escravos fugidos, sobretudo durante a Guerra do Paraguai. Houve até um quilombo liderado por oficial da Guarda Nacional. Coisas de fronteira. (GOMES E REIS, 2012, p. 18).

Diante das diversas histórias de busca, luta e conquista da liberdade, GOMES (2013) reafirma a história complexa, cheia de recuos e avanços, conflitos e compromissos, sem um sentido linear das comunidades quilombolas, desde Palmares aos últimos anos de escravidão, citando a historiadora Bárbara Fields, “A liberdade não era uma condição fixa, mas um alvo em constante movimento” , de forma a ampliar o olhar sobre a “empolgante” história de liberdade construída pelos escravos brasileiros, “homens e mulheres que para viverem a liberdade nem sempre puderam se comportar com as certezas e as coerências normalmente atribuídas aos heróis.”

Os quilombolas brasileiros ocuparam sertões e florestas, cercaram e penetraram em cidades, vilas, garimpos, engenhos e fazendas; foram atacados e usados por grupos escravistas, aos quais também atacaram e usaram em causa própria; fugiram da escravidão e se comprometeram com a escravidão; combateram e se aliaram com outros negros, índios e brancos pobres; criaram economias próprias e muitas vezes prósperas; formaram grupos pequenos, ágeis, móveis e temporários, ou grupos maiores, sedentários, com gerações que se sucediam, politicamente estruturados; envolveram-se com movimentos políticos de outros setores sociais, desenvolveram seus próprios movimentos, alguns abolicionistas; aproveitaram-se de conjunturas políticas conflituosas nacionais, regionais e até internacionais, para crescer, ampliar alianças, fazer avançar seus interesses imediatos e projetos de liberdade mais ambiciosos. “(GOMES E REIS, 2013, p.23)

## **REMANESCENTES DE QUILOMBOS**

### **Silêncios da Escravidão**

No final do século XIX, em 1888 a história contada com a abolição da escravatura é a da libertação dos negros e extinção da escravidão. A parte silenciada, alguns anos



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

antes é lei de Terras de 1850 institui a mercantilização da mesma determinando que o único meio de acesso a propriedade de terras era a compra, deslegitimando a posse e a ocupação, o que inviabilizaria nos anos seguintes à grande parte da população pobre, e consequentemente negra, o acesso à terra.

Os negros reféns do processo de escravidão, foram pessoas deixadas a mercê da sua própria sorte, antes pertencentes a um dono, libertados sem propriedades e terras de cultivos, essa população negra de brasileiros viveu e sobreviveu de diversas formas que lhes foi possível, conforme alguns casos já citados.

De acordo com MOUREIRA (2013) a partir desse momento (pós abolição) o número de quilombos em Minas Gerais aumentou significativamente, tendo em vista a pouca perspectiva que os ex-escravos tinham. Confrontando o que pode-se ler hoje como quilombos rurais e quilombos urbanos, a partir de onde se situava a alternativa viável para essas pessoas sobreviverem e trabalharem, como trabalhadores rurais, agricultores e garimpeiros ou com serviços diversos no entorno dos centros urbanizados.

Esse cenário sofreu transformações no processo de industrialização do país junto a mudança nas dinâmicas dos ciclos econômicos, quando o país se urbaniza e iniciam as grandes migrações campo-cidade, aumentando as demandas por habitação. A Abolição da escravidão contribuiu para que o contingente populacional desassistido aumentasse drasticamente, fazendo com que muitos migrassem para a cidade em busca de trabalho livre. Essas raízes da segregação espacial serão percebidas na atualidade.

Durante a maior parte do século XX as comunidades quilombolas estiveram invisíveis aos olhos da nação, ao menos como voz de resistência e organização política, diluídos entre comunidades rurais camponesas e comunidades urbanas mais pobres.

As manifestações sociais que eclodiram da crise urbana da década de 20, chamaram a atenção do Estado e de todas as classes sociais para o contingente populacional



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

desassistido. Sobrevivendo em mocambos e cortiços, instalações superlotadas e insalubres - retrato do déficit habitacional - moravam um número incontável de pessoas que necessitavam trabalhar na cidade e não tinham condições de viver nela. Essas moradias foram alvo do processo de higienização urbana, para erradicação e não necessariamente solução do problema. As estratégias desenvolvidas por essas pessoas se refletem até hoje na configuração do tecido urbano das nossas cidades, em diversas ocupações informais, nas periferias e em locais de difícil urbanização como em encostas e vales, de forma a garantir sua sobrevivência e trabalho próximos ao núcleo urbano.

### **Vozes da liberdade**

A partir da redemocratização do Estado Brasileiro no centenário da abolição da escravidão a redefinição de Quilombo ganhou visibilidade e voz nas esferas institucionais e acadêmicas. Nesse momento os novos sujeitos sociais mesmo dentro dos movimentos sociais mais amplos de lutas por melhores condições de cidadania, moradia, saúde, trabalho e educação, a questão quilombola conquista seu primeiro grande território, na Constituição Federal de 1988 e o artigo 68 das ADCT, onde o Estado não apenas reconhece a identidade política, administrativa e legal dos quilombolas ao instituir a lei, mas também constitui um novo sujeito social<sup>14</sup>

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (BRASIL, 1988)

A conceituação adotada por quilombos contemporâneos aparece como norteadora dos direitos desses “novos” sujeitos sociais, antes esquecidos e agora reconhecidos. Contudo essa ressignificação histórica permanece nas discussões acadêmicas e na luta cotidiana dessas comunidades junto ao movimento negro pela reparação dos seus direitos.

---

<sup>14</sup> ARRUTI, J.M.P.A. O Quilombo Conceitual: Para uma Sociologia do Artigo 68. Projeto Egbé, Territórios Negros, KOINONIA, 2003



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

O debate jurídico-legal ultrapassa os meios acadêmicos e estabelece um debate sobre políticas públicas e benefícios sociais direcionadas especificamente aos quilombolas, fomentando a organização política interna das mesmas e possibilitando o acesso fundamental ao seu território histórico.

A auto declaração, instrumento de inclusão ou exclusão dessa população brasileira em sua categoria histórica, faz parte de um grupo mais amplo reconhecido pelo Estado, de comunidades tradicionais<sup>15</sup>.

“Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

A noção historicista do quilombo antigo como representação cultural e ideologizada “do mundo africano em nós” perde força com o avanço das pesquisas antropológicas da década de 70, avançando na análise de diversos fatores etnográficos para além da cultura. Contudo é importante frisar que a atenção do Estado a essas comunidades, se inicia no âmbito da preservação e proteção do patrimônio, com a criação da Fundação Pró Memória para tombamento do Quilombo de Palmares, que futuramente iria se transformar na Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. A Fundação Cultural Palmares - FCP foi a primeira instituição pública voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, responsável pela identificação e certificação dos Remanescentes de Quilombo – CRQ, referenciada na constituição de 1988, primeiro passo para a regularização fundiária e acesso aos programas de políticas públicas voltadas para a igualdade racial e ao combate à discriminação étnica-racial.

---

<sup>15</sup> O Decreto 6040/2007, que institui a política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, define povos e comunidades tradicionais



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Em 2003 as políticas afirmativas se adensam, e sob o decreto 4887 é definido os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetórias históricas próprias, dotados de relações territoriais específicas, com ancestralidade negra relacionada a opressão histórica sofrida. O princípio da auto atribuição advém da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, da qual o Brasil é signatário.

“São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”. Essa concepção retira o caráter histórico (secular) da ocupação territorial, colocando-a na perspectiva das necessidades concretas das comunidades. (RIBEIRO et al, 2016, p. 5)

Dessa forma o conceito de quilombo se ampliou, e não está mais preso ao conceito histórico. Segundo Arruti (2003), o quilombo hoje é reconhecido pelas suas características antropológicas e territoriais, a relação da comunidade com o território (uso e apropriação) e suas manifestações culturais de matriz africana, definem se a comunidade é quilombola, sendo, portanto, o espaço de resistência e reinterpretção do mundo a partir de seus moradores etnicamente diferenciados.

O CEDEFES<sup>16</sup> entidade voltada a informação e formação cultural, política e pedagógica de atores sociais, especialmente povos indígenas e populações rurais pobres, contribuindo na inserção social de trabalhadores rurais, agricultores familiares e quilombolas no processo histórico de construção de uma sociedade plural, solidária, sustentável e democrática, coordena o projeto Quilombos Gerais.

Esse projeto em execução desde 2003 conta com o financiamento da Miseror, e tem como objetivo pré identificar e desenvolver ações de promoção e visibilidade social e política, através de encontros, seminários e debates direcionados a formação e lideranças, de comunidades quilombolas do Estado de Minas Gerais.

Em 2008 o projeto Quilombos Gerais mapeou 435 comunidades de acordo com a tabela 1 e mapa 2 apresentados abaixo.

---

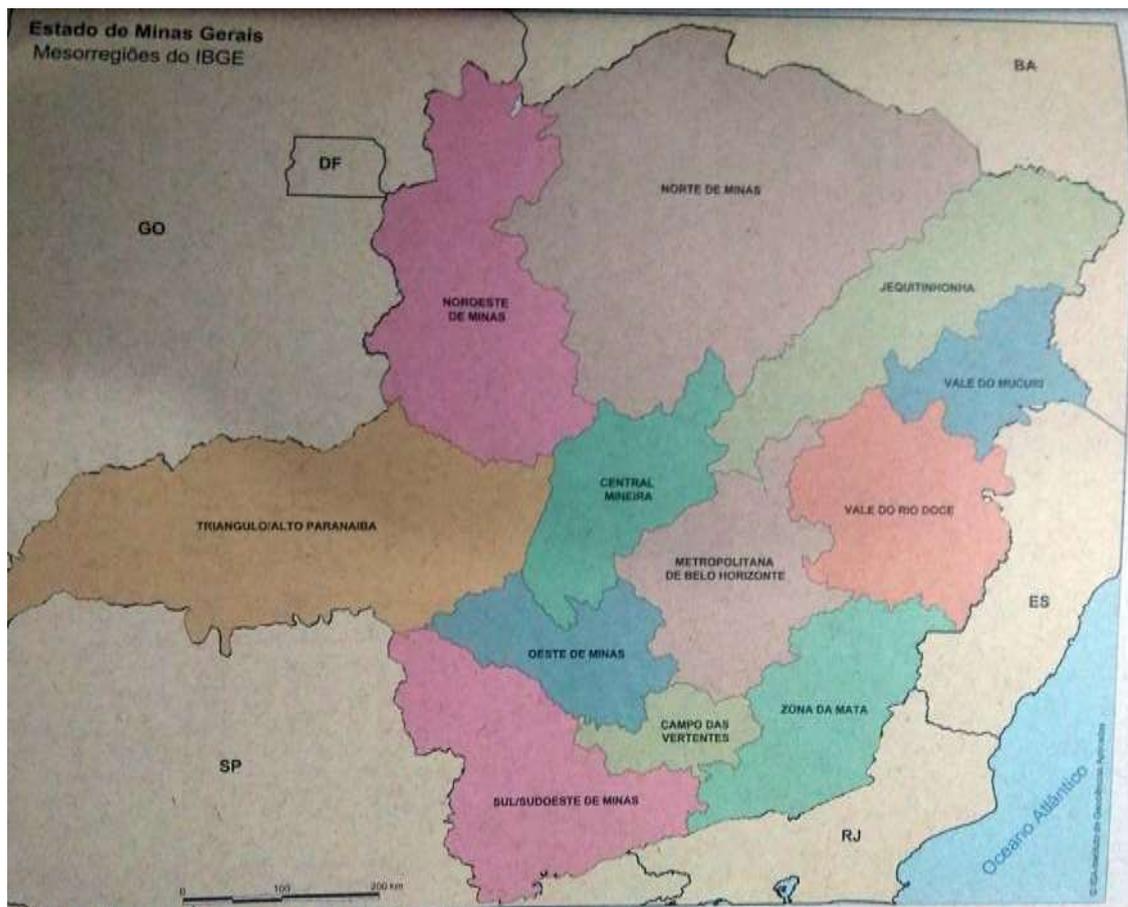
<sup>16</sup> CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, organização sem fins lucrativos de caráter científico, cultural e comunitário, fundada em 1985 em Contagem e desde 2003 em Belo Horizonte, atuando no Estado de Minas Gerais.



**SALVADOR E SUAS CORES [2018]**  
**CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL**

Região	Número	%
Campo das Vertentes	5	1,1
Central Mineira	8	1,8
Jequitinhonha	105	24,1
Metropolitana Belo Horizonte	54	12,6
Noroeste	15	3,4
Norte de Minas	153	35,1
Oeste de Minas	8	1,8
Sul	8	1,8
Triângulo/Alto Paranaíba	10	2,3
Vale do Mucuri	19	4,4
Vale do Rio Doce	29	6,7
Zona da Mata	21	4,8
<b>Total</b>	<b>435</b>	<b>100,0</b>

Tabela 1- Localização das comunidades quilombolas segundo as regiões geográficas Fonte: Projeto Quilombos Gérias/ CEDEFES/ 2007



Mapa 2 - Mapa de Mesoregiões de Minas Gerais Fonte: Projeto Quilombos Gérias/ CEDEFES/ 2007



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

A tabela 2 que demonstra a relevância do projeto Quilombos Gerais dentro do contexto nacional, apresentando um quadro comparativo com a quantidade de comunidades quilombolas identificadas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares em 2018 e tituladas pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária até 2015. O CEDEFES atua junto ao movimento negro na conscientização política dessas comunidades ao direito ancestral à terra que lhes foi negado, necessidade visível a partir dos dados das tabela 1 e 2 que explicitam as poucas comunidades certificadas e tituladas no Estado de Minas Gerais, versus o universo identificado pela Centro de Documentação, considerando Minas um dos estados que mais receberam trabalhadores escravos africanos durante a colônia.

Estado	Sigla	Tituladas pelo INCRA 2015	CRQ Fundação Cultura Palmares 2018	Estado	Sigla	Tituladas pelo INCRA 2015	CRQ Fundação Cultura Palmares 2018
Alagoas	AL	0	68	Pernambuco	PE	10	154
Amazonas	AM	0	8	Píauí	PI	5	86
Amapá	AP	3	40	Paraná	PR	0	37
Bahia	BA	19	740	Rio de Janeiro	RJ	9	38
Ceará	CE	0	49	Rio Grande do Norte	RN	8	25
Espírito Santo	ES	0	41	Roraima	RO	1	8
Goiás	GO	0	47	Rio Grande do Sul	RS	12	126
Maranhão	MA	39	690	Santa Catarina	SC	4	13
Minas Gerais	MG	2	306	Sergipe	SE	20	34



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Mato Grosso	MT	1	73	São Paulo	SP	7	55
Pára	PA	59	254	Tocantins	TO	0	45
Paraíba	PB	0	39				

Tabela 2- Quadro comparativo de comunidades Quilombolas tituladas pelo INCRA e Certificadas pela FCP por Estado

Fonte: Dados sistematizados pela autora/ 2018<sup>17</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Ecoss da liberdade

O olhar sobre as comunidades quilombolas contemporâneas e a diversidade de suas origens é fundamental para ampliar os estudos e debates sob a perspectiva múltipla e diversa sob as quais essas comunidades sobreviveram à aproximadamente 350 anos de escravidão institucionalizada, 100 anos de esquecimento e apenas 30 anos na perspectiva de reparação formal do Estado.

Minas Gerais e sua peculiar formação geomorfológica traz um “novo” olhar da relação socio econômica dessas estruturas tão combatidas e temidas no período colonial em todo país, como parte integrante e ativa da sociedade escravocrata. Esse argumento histórico levanta diversas questões sobre a relação real que os quilombos tiveram nas diversas regiões do país.

Um olhar e uma voz realistas sobre a formação da base societária e da consequente organização territorial Brasileira são a única perspectiva de reparação justa, diante dos diversos contextos e atores sociais. Entender as diásporas internas das comunidades tradicionais que foram continuamente expulsas de seus territórios, assim como as relações cordiais entre servos e senhores, na herança das terras de

---

<sup>17</sup> Dados mais atuais encontrados sobre as Comunidades Certificadas pela Fundação Cultura Palmares - FCP, de 10 janeiro de 2018. Disponível em: < [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=88](http://www.palmares.gov.br/?page_id=88)> e no site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária -INCRA as Comunidades Tituladas até 2015: Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas/-reas-decretadas>>



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

preto, traz subsídios da diversidade histórica para a construção de políticas de reforma agrária e regularização fundiária efetivas.

A memória coletiva fortifica a coesão de um grupo, ela é resultado de uma experiência comum antepassada que permite a reivindicação política no presente. “Assim, a diáspora, a escravidão, posteriormente a servidão e, atualmente, o trabalho formam um conjunto de experiências que estão na memória de cada dos quilombolas das várias comunidades que reivindicam seus territórios na atualidade.” (RIBEIRO et. al, 2016, p.40) Ainda que várias gerações não tenham vivido a experiência da escravidão, a memória extrapola as fronteiras físicas e temporais, sendo possível aos remanescentes de quilombos construir identidades sociais, culturais e políticas.

Mais uma voz, no meio da multidão, as comunidades quilombolas, em Minas são 97% rurais e 3% urbanas<sup>18</sup>, e dizem muito das necessidades específicas que cada Estado necessita dentro da discussão mais ampla das políticas afirmativas e específicas para quilombolas.

Não existem garantias, e há de se contar com a imprevisibilidade dos fatos na conjuntura política, contudo é reconhecido dentro da história do Brasil os primeiros passos na direção da reparação histórica devida aos nossos ancestrais Africanos, e a necessidade eminente de seguir avançando na valorização cultural e reconhecimento da contribuição essencial desses povos na formação do socio, política e urbana das cidades brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUTI, João Maurício P.A. **O Quilombo Conceitual: Para uma Sociologia do Artigo 68**. Projeto Egbé, Territórios Negros, KOINONIA, 2003.

GOMES, Flávio S. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**, São Paulo, Claro Enigma, 2015.

---

<sup>18</sup> Dados da publicação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais: Entre Direitos e Conflitos, CEDEFES, 2013



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

GOMES, Flávio S; REIS, João José (Org.). **Liberdade por um fio**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio S; REIS, João José . **Uma história de liberdade**. In: GOMES, Flávio S; REIS, João José (Org.). **Liberdade por um fio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. Pag. 9-25.

RAMOS, Donald. **O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII**. In: GOMES, Flávio S; REIS, João José (Org.). **Liberdade por um fio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. Pag. 164-192.

SOUZA, Laura de Mello. **Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra Quilombolas, Minas Gerais, 1769**. In: GOMES, Flávio S; REIS, João José (Org.). **Liberdade por um fio**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996. Pag. 193-217.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]  
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

RIBEIRO, Ricardo R, PIRANI, Denise, FERREIRA, Wellinson B., SILVA, Gustavo A.  
**O quilombo andante – diásporas e territórios.** In: REUNIAO BRASILEIRA DE  
ANTROPOLOGIA, 30, 2016, João Pessoa.

MOUREIRA, Agda Maria Ferreira (Org.). **Comunidades Quilombolas de Minas Gerais: Entre Direitos e conflitos.** Belo Horizonte, CEDEFES, 2013.

SANTOS, Maria Elisabete G.S; CAMARGO, Pablo M (Org.). **Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI: História e Resistência.** Belo Horizonte, CEDEFES, 2008.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas Fronteiras.** São Paulo: UNESP, 1997.

BRASIL. Decreto Federal n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Brasília, 07 fev. 2008.